



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SEPN - Quadra 514, Bloco E, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70760-545
Telefone: (61) 2029-6500 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.antaq.gov.br

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50300.018437/2022-15

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte fluvial privado de passageiros, para o deslocamento de servidores da ANTAQ, Tribunal de Contas da União (TCU) e Minfra, participantes da visita técnica ao Pedral do Lourenço, localizado no município de Itupiranga/PA.

1.2. O detalhamento da visita técnica e a aprovação da viagem pelas instâncias superiores constam no processo 50300.017470/2022-10. Vale ressaltar que o próprio Diretor-Geral participará da visita técnica, conforme PCDP 000920/22.

1.3. Originalmente, a expectativa era contar com o auxílio da Marinha do Brasil, nos termos solicitados no SEI 1749924. Contudo, por telefone, o preposto do 4ª Diretoria de Navegação do Pará, Capitão Germano Filho, informou sobre a indisponibilidade de embarcação da Autoridade Marítima na região.

1.4. Entende-se que, pelo valor e pela necessidade do serviço para execução plena da visita técnica, a presente contratação adotará o regime de dispensa de licitação, considerando o valor do orçamento apresentado.

1.5. O prazo de execução é o período de 01 (dia) ou uma diária, para a data de 25/10/2022.

1.6. Abaixo segue o planejamento de todas as visitas que serão realizadas pela comitiva, incluindo o trecho específico no Pedral do Lourenço.

Dia/Horário	Evento
23/10 - 20h	Deslocamento BSB - Marabá/PA
23/10 - 22h	Pernoite em Marabá/PA
24/10 - 8h30	Deslocamento Marabá/PA - Tucuruí/PA
24/10 - 12h30	Almoço em Tucuruí
24/10 - 14h	Visita às Eclusas
24/10 - 18h	Pernoite em Tucuruí/PA
25/10 - 7h30	Deslocamento Tucuruí/PA - Balneário Cupú - Pedral do Lourenço, Itupiranga/PA
25/10 - 10h30	Visita ao Pedral do Lourenço
25/10 - 12h	Deslocamento Itupiranga/PA - Marabá/PA
25/10 - 13h	Almoço em Marabá
25/10 - 14h30	Visita ao Terminal Ferroviário em Marabá/PA
25/10 - 16h	Deslocamento Marabá/PA (Aeroporto)
25/10 - 18h	Deslocamento - Marabá/PA - BSB

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Devido ao local a ser visitado, a visualização das rochas afloradas do Pedral do Lourenço são feitas com maior precisão com o auxílio de embarcações.



Figura 1. Área da Visita Técnica



Figura 2: Região do Pedral do Lourenço - Rochas Afloradas

2.2. Como demonstrado nas figuras acima, o acesso à região do Pedral se dá por meio hidroviário. A depender das condições de cheia/estiagem do rio, o acesso aos meandros somente se dá por lanchas/voadeiras, embarcações que comportam até 5 passageiros.

2.3. Até o presente momento, os integrantes da visita técnica totalizam, aproximadamente, 20 membros.

2.4. Por esse motivo, faz-se necessário a obtenção de duas embarcações. Uma lancha que permita a chegada aos locais de difícil acesso (limitada até 5 pessoas) e outra que permita a acomodação do restante do grupo, para visualização panorâmica dos Pedrais. Ao longo da visita planeja-se a inversão dos integrantes em cada embarcação.

2.5. Importante lembrar que o Pedral do Lourenço é o maior entrave à navegação comercial no complexo hidroviário Tocantins/Araguaia, inviabilizando a navegação de grandes comboios durante vários meses ao longo do ano.

2.6. Também importante destacar dois pontos, a recente licença de ambiental emitida para o derrocamento do Pedral, além da iniciativa proposta pelo MINFRA sobre uma eventual concessão do Rio Tocantins, conforme análise em curso

na Agência, no âmbito do processo 50300.023442/2021-51.

2.7. Pelo motivo exposto, para a adequada realização da visita técnica, justifica-se a aquisição da contratação de empresa especializada em transporte fluvial na prestação dos serviços de locação de embarcações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução encontra-se detalhada no documento Documento de Formalização da Demanda (DFD) GOA (SEI nº 1749911).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não-continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE DISPENSA E RAZÃO DA ESCOLHA EXECUTANTE DO SERVIÇO

5.1. A contratação deve ocorrer com fundamento em dispensa de licitação, com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A visita técnica é uma iniciativa da Diretoria Geral, em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

5.2. A única empresa encontrada para prestação do serviço é a JOÃO BATISTA DOS SANTOS FILHO SERVIÇOS (DOS SANTOS LOCAÇÕES), CNPJ:35.443.900/0001-98, com sede no município de Marabá/PA.

5.3. A empresa que prestará o serviço tem experiência em transporte de passageiros;

5.4. Não encontramos outras empresas disponíveis na região, principalmente no município de Itupiranga/PA.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

a) As despesas com combustível, aditivos, manobrista, manutenção da embarcação, alimentação do manobrista, limpeza, seguro, impostos, taxas diversas e todas as demais despesas necessárias para a execução do objeto serão por conta da empresa contratada;

b) A embarcação deve possuir o Termo de Inscrição da Embarcação (TIE) e o certificado de segurança da navegação ou similar vigentes e demais documentações emitidas pelos órgãos de fiscalização da navegação fluvial Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e Marinha do Brasil.

c) A contratada será responsável por disponibilizar a embarcação com cobertura, assentos, salva-vidas, com encosto e devidamente limpas no início da viagem;

d) A contratada deverá adotar boas práticas de utilização dos recursos naturais e destinação adequada e sustentável dos resíduos gerados durante a prestação do serviço em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPGO nº 1, de 19/01/10; e

e) Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O prazo para o início da execução do objeto será de até 5 dias após a emissão da Nota de Empenho.

7.1.2. A diária da embarcação deve ser considerada 6 horas. O período de navegação de ser considerado entre as 8hs e as 14hs. Não obstante, conforme planejamento de todas as visitas técnicas, o tempo de uso dependerá do tempo de deslocamento entre o município de Tucuruí/PA e o local de encontro, no município de Itupiranga/PA.

7.1.3. As despesas com combustível, aditivos, piloto, manutenção da embarcação, alimentação do piloto, limpeza, seguro, impostos, taxas diversas e todas as demais despesas necessárias para a execução do objeto serão por conta da empresa contratada.

7.1.4. Os materiais de proteção individual deverão ser fornecidos pela Contratada, especialmente os coletes salva-vidas para todos os passageiros e piloto.

7.1.5. As embarcações devem possuir o Termo de Inscrição da Embarcação (TIE) e o certificado de segurança da navegação vigentes e demais documentações emitidas pelos órgãos de fiscalização da navegação fluvial. Os pilotos devem apresentar a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) comprovando habilitação para a função. Estas documentações deverão ser apresentadas por e-mail, antes da viagem e conferidas no momento do embarque.

7.1.6. A Contratada será responsável por disponibilizar as embarcações limpas no início da viagem.

7.1.7. A Contratada deverá adotar boas práticas de utilização dos recursos naturais e destinação adequada e sustentável dos resíduos gerados durante a prestação do serviço em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1, de 19/01/10.

7.1.8. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Projeto Básico.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A empresa deverá disponibilizar os materiais mínimos necessários para a perfeita execução da prestação do serviço, composto pelos seguintes itens:

- a) Cobertura (para embarcação de maior porte);
- b) Assentos com encosto (para a embarcação de maior porte);
- c) Capacidade para transportar os servidores ou convidados inseridos na lista emitida pela Superintendência de Outorgas (SOG);
- d) Coletes salva-vidas;
- e) Combustíveis, aditivos;
- f) Limpeza adequada da embarcação do início ao fim do transporte dos servidores;
- g) Seguro, impostos, taxas diversas e todas as demais despesas necessárias para a execução do objeto por conta da empresa contratada;
- h) As embarcações devem possuir o Termo de Inscrição da Embarcação (TIE) e o certificado de segurança da navegação vigentes e demais documentações emitidas pelos órgãos de fiscalização da navegação fluvial. Os pilotos devem apresentar a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) comprovando habilitação para a função. Estas documentações deverão ser apresentadas por e-mail, antes da viagem e conferidas no momento do embarque.

9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.7. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas;

9.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 10.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;
- 10.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente;
- 10.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 13.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.
- 13.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os meios disponíveis e necessários para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.3. O pagamento será executado após a conclusão e entrega do produto, por meio de nota de empenho.

14.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

14.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15. DO REAJUSTE

15.1. O preço inicialmente contratado é fixo e irredutível.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II - Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; e

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	01

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens deste Projeto Básico, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por	03

	ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

17.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.14. 18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- II - Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- III - Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- IV - Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- V - Plano Interno: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- VI - Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pessoa de Queiroz, Gerente de Outorgas de Autorização**, em 18/10/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1749929** e o código CRC **1F3109A0**.



EDUARDO PESSOA DE QUEIROZ
Gerente de Outorgas de Autorização

Referência: Processo nº 50300.018437/2022-15

SEI nº 1749929